

VENCER A POBREZA NA ÍNDIA (I)

Crescimento inclusivo



EUGÉNIO VIASSA MONTEIRO
 Professor da AESE, presidente da AAPI - Associação de Amizade Portugal-Índia

A *The Economist* contava um facto muito animador: de 1990 a 2010, a luta por eliminar a pobreza fizera avanços notáveis. A população mundial com 43% de pobres, com menos de \$1,00/dia, já só tinha 21%, com menos de \$1,25/dia, em 2010. Isto é uma antecipação aos Objectivos do Milénio que desejavam reduzir para metade em 2015. *The Economist* lançava um desafio: reduzir a zero os 21%, nos próximos 20 anos!

É um bom desafio: para as economias ricas, sabendo que a melhor ajuda é fazer mais comércio: deviam dispor-se a comprar o que produzem, que são produtos agrícolas ou matérias-primas, eliminando barreiras de protecção.

Muitos empobreceram com a exploração colonial, ficando alguns arrasados, como a Índia. É claro Angus Maddison ao dizer

que em 1700 a Índia produzia 27% da riqueza mundial, quando a Europa produzia 23%. Em 1950 a Índia só produzia 3%! Serão diversos os perfis da riqueza em 1700 e 1950, mas intui-se a destruição causada.

É desafio para os países pobres: deverão utilizar os recursos com mais racionalidade, melhorar a produtividade, novas variedades de sementes, mais tecnologia, para ganharem mais. Há países onde a indústria e os serviços progrediram. Estes, como a Índia, abordam a pobreza de modo amplo, querendo fazer a inclusão, para que ninguém fique à margem.

O sentir e pensar das pessoas influentes, em particular as que se fizeram com um esforço sério, cria opinião e as medidas oficiais de inclusão, difundidas pelos *opinion makers*, têm ressonância e apoio na sociedade civil.

A forma elementar de inclusão é a via da instrução. Quem lê e escreve tem os olhos abertos, conta, pensa melhor, exprime-se, continua a aprender. Se os

estudos vão mais além do mínimo, terá melhor trabalho e dará maior contributo à sociedade.

Na Índia o ensino é obrigatório e um "direito" para as crianças dos 6 aos 14 anos. E num país tão vasto e populoso, é obra que 96% das crianças na idade estejam na escola, a aprender, pois a família está com elas e estimula-as!

As escolas públicas e privadas dão a refeição do almoço, o que "fixa" as crianças, melhora o seu rendimento. Há muita animação e os pais, mesmo analfabetos, põem todo o empenho, porque intuem que os estudos são o passaporte para o sucesso dos filhos. E a miudagem estuda com afinco ao ver a alegria dos pais.

Muitas novas fundações, ONG, cidadãos, apoiam as escolas no fornecimento diário de refeições e noutras necessidades. A "escolaridade e a inclusão" de pressão se fizeram uma "missão", da sociedade civil, com contributos de ricos, de remediados e de pobres.

Nas sociedades ricas parece haver menos apoio familiar no transmitir valores e hábitos de trabalho, pelo diálogo em casa. Os rendimentos parecem tudo, mas pouco valem para os filhos. O

complexo de ausência é compensado com "coisas" e dinheiro. Talvez haja inclusão material, mas haverá a emocional e familiar?

Inclusão na Índia está a ser para os pobres: dispor de complemento de

alimentos a preços especiais; ter medicamentos de prescrição a custo zero; ter acesso ao microseguro de saúde para o hospital público ou privado, sem custo. Ao estenderem-se ao país, estas facilidades serão um descanso!

Inclusão é ter trabalho; melhor na indústria ou serviços, com treino prévio. Nas zonas rurais as microfinanças e os SHG-Self Help Groups estão ativos. A Hindustan Lever vende através de 45 mil microempresas a milhões de rurais. Estima-se em três milhões de SHG ativos, cada um com 15 pessoas. As cooperativas de leite dão complemento de receitas a 70 milhões de famílias. Importa "incluir" para fazer beneficiar do crescimento; mas, logo a seguir, os "incluídos" dão um forte contributo para ele.

Pensava neste facto animador: em 2006 havia na Índia 12,8 milhões de universitários; em 2013 eram 26 milhões, número só esperado em 2020. Há uma vigorosa classe média, em expansão, querendo levar os filhos bem longe nos estudos.

“

Na Índia o ensino é obrigatório e um 'direito' para crianças dos 6 aos 14 anos

”